

## INFÂNCIA, GÊNERO E PROMOÇÃO DA SAÚDE: INTERFACES EDUCATIVAS NO CUIDADO À CRIANÇA

### CHILDHOOD, GENDER, AND HEALTH PROMOTION: EDUCATIONAL INTERFACES IN CHILD CARE

Tais dos Santos Leite<sup>1</sup>

Andrea Cordeiro da Silva<sup>2</sup>

Gabriela Neves Cavalcante Nascimento<sup>3</sup>

Esther Pereira da Silva<sup>4</sup>

Yolanda Abrantes Paletot<sup>5</sup>

Leonidas Nelson Martins Júnior<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa as interfaces entre infância, gênero e promoção da saúde a partir de uma revisão narrativa da literatura, com foco em experiências educativas voltadas ao cuidado integral à criança. Foram selecionadas produções publicadas entre 2020 e 2025 que abordam ações intersetoriais

1 Enfermeira pela Unifesp. Pós-Graduação em Enfermagem em Urgência, Emergência e UTI pela FACISA. Coordenadora da Atenção Básica do Município de Casserengue/PB.

2 Especialista em Saúde da Família-FACIBA. Especialista em Urgência/emergência e UTI (CE-FAPP). Professora voluntária de Piex II Saúde da Criança (Escola de enfermagem -EENF) Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

3 Enfermeira – UEPB. Especialista em Enfermagem em UTI Neonatal e Pediátrica - IBRA; Especialista em Saúde da Família - FIP; Enfermeira da UTI Pediátrica do Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, Barbalha – CE.

4 Nutricionista. Doutora em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco.

5 Fonoaudiologia pela UFPB. Pós-graduanda em Saúde da Família pela UFRN.

6 Enfermeiro assistencial na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (HUUFJF/EBSERH), especialista em enfermagem adulta e neonatal pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, especialista em Gestão de Programa de Saúde da Família pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá – RJ.

no campo da educação em saúde, considerando a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura. A discussão foi organizada em duas categorias temáticas: (1) ações educativas intersetoriais na promoção da saúde infantil e (2) gênero e infância: estereótipos, vulnerabilidades e estratégias educativas. Os resultados apontam que práticas educativas intersetoriais e sensíveis à diversidade geram impactos positivos na autonomia, autocuidado e socialização das crianças. Além disso, revelam que a promoção da saúde na infância exige o enfrentamento dos estigmas de gênero presentes nas instituições educativas e de saúde. Conclui-se que o cuidado integral à criança demanda estratégias pedagógicas baseadas no diálogo, na escuta ativa e na valorização das diferenças, articulando educação, saúde e equidade desde a primeira infância.

**Palavras chaves:** Infância; Gênero; Promoção da saúde; Educação em saúde; Cuidado integral; Equidade.

**Abstract:** This article analyzes the interfaces between childhood, gender, and health promotion through a narrative literature review, focusing on educational experiences aimed at comprehensive child care. Published works from 2020 to 2025 that address intersectoral actions in the field of health education, considering the child as a subject of rights and a producer of culture, were selected. The discussion was organized into two thematic categories: (1) intersectoral educational actions in child health promotion and (2) gender and childhood: stereotypes, vulnerabilities, and educational strategies. The results indicate that intersectoral educational practices sensitive to diversity generate positive impacts on children's autonomy, self-care, and socialization. Furthermore, they reveal that promoting health in childhood requires confronting gender stigmas present in educational and health institutions. It is concluded that comprehensive child care demands pedagogical strategies based on dialogue, active listening, and the valuing of differences, articulating education, health, and equity from early childhood.

**Keywords:** Childhood; Gender; Health promotion; Health education; Comprehensive care; Equity.

## INTRODUÇÃO

A promoção da saúde na infância é uma estratégia fundamental para garantir o desenvolvimento integral das crianças, sobretudo quando articulada a práticas educativas e sensíveis às questões de gênero. O cuidado com a infância não deve se restringir ao atendimento das necessidades biológicas, mas deve considerar a criança como sujeito de direitos, respeitando sua singularidade e estimulando sua autonomia, afeto e socialização. Nesse sentido, a articulação entre saúde, educação e políticas públicas torna-se essencial para efetivar ações intersetoriais que promovam o bem-estar infantil desde os primeiros anos de vida.

A perspectiva do cuidado integral na infância, conforme evidenciam Jorge e Machado (2025), exige a superação da fragmentação entre os atos de cuidar e educar, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que integrem afeto, escuta e estímulo à curiosidade como parte do processo educativo na Educação Infantil. Essa abordagem é especialmente relevante quando se trata de reconhecer os efeitos dos marcadores sociais, como gênero, no acesso a cuidados e oportunidades de desenvolvimento. A criança, enquanto sujeito de direitos e expressão, deve estar no centro de ações que considerem suas dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais.

A literatura destaca que a infância ainda é atravessada por desigualdades de gênero que impactam tanto nas experiências escolares quanto no acesso à saúde. Como enfatiza o artigo “Promoção da saúde bucal na infância” (SILVA et al., 2025), ações como o projeto Sorrir com Saúde demonstram que intervenções intersetoriais voltadas à saúde bucal, quando mediadas por práticas educativas lúdicas, resultam em maior adesão das crianças e envolvimento das famílias na promoção de hábitos saudáveis.

Além disso, é fundamental destacar que, mesmo nas etapas iniciais da vida, meninas e meninos são socializados de forma diferenciada, o que pode influenciar diretamente suas percepções

sobre autocuidado, corpo e saúde. Conforme argumenta o estudo de Oliveira et al. (2025), políticas públicas e currículos escolares ainda carecem de abordagens sensíveis à equidade de gênero, sendo necessário construir estratégias educativas que valorizem a diversidade e o respeito às diferenças, sem reproduzir estigmas ou estereótipos sobre as identidades infantis.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as interfaces entre infância, gênero e promoção da saúde, a partir de uma revisão narrativa de estudos que abordam experiências educativas no cuidado à criança. Busca-se compreender como práticas pedagógicas e ações em saúde podem se integrar para contribuir na formação de sujeitos mais autônomos, críticos e conscientes de seus direitos, a partir de um olhar atento às desigualdades de gênero desde a infância.

## MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de discutir as interfaces entre infância, gênero e promoção da saúde, a partir de experiências educativas voltadas ao cuidado integral à criança. A revisão narrativa foi escolhida por possibilitar uma análise crítica e reflexiva sobre diferentes produções científicas e relatos de experiência, favorecendo a articulação entre teoria e prática no campo da educação em saúde e da infância.

Foram utilizados como corpus analítico artigos científicos previamente selecionados, publicados entre os anos de 2021 e 2025, que abordam ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde na infância, com atenção às questões de gênero, cuidado, educação e políticas públicas. Os textos foram indicados e disponibilizados pela equipe de pesquisa, garantindo a pertinência temática e a diversidade metodológica dos estudos.

A análise dos materiais ocorreu em quatro etapas: (1) leitura exploratória e seletiva dos textos; (2) identificação de conceitos-chave e temas recorrentes; (3) categorização dos achados em eixos temáticos; e (4) sistematização dos resultados com base em referenciais da saúde coletiva,

educação infantil e estudos de gênero. A leitura crítica foi fundamentada nos princípios da educação emancipadora e do cuidado integral à criança, adotando o marco da intersectorialidade como fio condutor.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes secundárias disponíveis publicamente, este estudo não envolveu a participação direta de seres humanos e, portanto, está dispensado de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise do material selecionado permitiu identificar a presença de práticas educativas voltadas à infância que articulam saúde, educação e equidade de gênero de forma intersectorial e contextualizada. Essas práticas demonstram que a promoção da saúde na infância precisa considerar não apenas os aspectos biomédicos, mas também os determinantes sociais, culturais e afetivos que permeiam o desenvolvimento infantil. Para fins analíticos, os resultados foram organizados em duas categorias temáticas: Ações educativas intersectoriais na promoção da saúde infantil e Gênero e infância: estereótipos, vulnerabilidades e estratégias educativas

### **Ações educativas intersectoriais na promoção da saúde infantil**

As ações intersectoriais foram amplamente destacadas como estratégias eficazes na promoção da saúde da criança, principalmente quando realizadas em articulação entre os setores da saúde, educação e assistência social. A promoção da saúde infantil, nesse sentido, ultrapassa a esfera da clínica e se consolida em práticas educativas contextualizadas, criativas e culturalmente sensíveis.

O artigo sobre o projeto Sorrir com Saúde, por exemplo, apresenta uma experiência de cuidado em saúde bucal para crianças de escolas públicas por meio da ludicidade, reforçando o papel

dos agentes comunitários e da equipe de saúde bucal na criação de vínculos com as famílias e com os professores. A proposta se insere em um modelo intersetorial de atuação, que envolve educação em saúde articulada ao currículo escolar e mobilização comunitária, resultando em avanços na autonomia das crianças em relação ao autocuidado bucal (SILVA et al., 2025).

Corroborando essa perspectiva, Luz et al. (2023) evidenciam que os profissionais de saúde são capacitados para realizar intervenções com pais e cuidadores, a fim de estimular o desenvolvimento infantil por meio de estratégias baseadas em letramento em saúde. As ações enfatizam o acesso à informação, a escuta ativa e a construção de ambientes estimulantes, sendo fundamentais para o fortalecimento do vínculo entre cuidadores e crianças na primeira infância.

Outro exemplo significativo é apresentado por Oliveira e Cardoso (2022), ao relatarem experiências em saúde na educação infantil que incorporam os direitos das crianças, o protagonismo e o brincar como dimensões educativas. As atividades descritas ocorrem no contexto escolar, com inserção de elementos da educação popular, da musicalidade e da expressão corporal, fortalecendo a ideia de que a promoção da saúde deve dialogar com a realidade e a linguagem da infância.

Por sua vez, Berbel (2020) chama a atenção para a importância de compreender a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura. A autora defende uma sociologia da infância que valorize a escuta das crianças nos processos de cuidado e nas decisões que as envolvem, inclusive no campo da saúde, o que reforça a necessidade de práticas educativas horizontais e participativas.

Tais evidências demonstram que as práticas educativas voltadas à infância ganham potência quando realizadas em diálogo com outros setores e quando consideram as crianças como sujeitos ativos no processo de promoção da saúde. A articulação entre escolas, unidades básicas de saúde e serviços sociais tem sido fundamental para enfrentar desigualdades sociais e garantir que o cuidado à infância se concretize de forma integral e equitativa.

## **Gênero e infância: estereótipos, vulnerabilidades e estratégias educativas**

A infância, frequentemente concebida de forma universalizada, é vivida de maneira distinta por meninas e meninos em razão dos estereótipos de gênero que se manifestam desde os primeiros anos de vida. Esses estigmas afetam não apenas o modo como as crianças são socializadas, mas também influenciam o acesso ao cuidado e às oportunidades de expressão, autonomia e proteção. Na área da saúde, tais desigualdades se expressam em abordagens que, muitas vezes, reforçam papéis tradicionais e naturalizam assimetrias sociais.

Segundo Oliveira et al. (2022), ainda persiste a tendência de se associar o cuidado afetivo e a expressão emocional às meninas, enquanto se estimula nos meninos comportamentos mais ativos, racionais e autossuficientes. Essas expectativas sociais impactam diretamente a forma como crianças expressam suas dores, buscam ajuda e participam de atividades educativas relacionadas ao autocuidado, saúde e prevenção.

Esses padrões são reproduzidos, inclusive, em contextos escolares e de saúde, como apontam Mendes e Leite (2023), ao identificarem que profissionais da educação infantil nem sempre estão preparados para acolher manifestações de gênero que escapam à norma binária, o que pode gerar exclusão, silenciamento ou correção de comportamentos das crianças consideradas “fora do padrão”. Tal constatação evidencia a urgência de formações continuadas que incorporem a equidade de gênero como eixo central no cuidado à infância.

Além disso, o trabalho de Berbel (2020) propõe o conceito de “criança cidadã”, que rompe com a visão passiva da infância e reconhece as crianças como produtoras de saberes e protagonistas de suas histórias. Essa concepção é fundamental para práticas educativas em saúde que desejam promover autonomia, participação e respeito à diversidade, inclusive de gênero.

As experiências analisadas apontam que práticas educativas sensíveis ao gênero favorecem o desenvolvimento de crianças mais seguras, respeitadas e conscientes de seus direitos. Projetos que inserem o debate de gênero nas ações de saúde e educação infantil promovem não apenas bem-

estar físico e emocional, mas também contribuem para a construção de relações mais equitativas e democráticas desde a infância.

Assim, reforça-se que o cuidado à criança não pode ser neutro em relação às desigualdades de gênero. Ao contrário, deve ser propositalmente engajado na desconstrução de estigmas, acolhendo as múltiplas expressões infantis e promovendo ambientes de aprendizagem e cuidado que valorizem a equidade, a escuta e o respeito à diversidade.

## CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que a promoção da saúde na infância, quando articulada a práticas educativas e sensíveis às questões de gênero, potencializa o cuidado integral e contribui significativamente para o desenvolvimento pleno das crianças. As experiências analisadas demonstram que ações intersetoriais, especialmente aquelas que envolvem escolas, unidades de saúde e famílias, ampliam o alcance das práticas de cuidado, fortalecem vínculos comunitários e promovem hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida.

As iniciativas voltadas à promoção da saúde infantil, como as descritas nos estudos revisados, mostram que a ludicidade, a escuta ativa e o protagonismo das crianças são elementos centrais para a eficácia das ações educativas. Ao mesmo tempo, emergiu como fundamental a necessidade de desconstrução de estereótipos de gênero ainda presentes nas práticas de cuidado e socialização infantil. A infância é um território simbólico e político, no qual o reconhecimento da diversidade de identidades e expressões de gênero deve ser valorizado desde cedo.

Conclui-se que a promoção da saúde da criança exige uma abordagem intersetorial, dialógica e equitativa, que considere a criança como sujeito de direitos e de voz. Investir em práticas educativas comprometidas com a equidade de gênero e o cuidado integral é uma estratégia potente para transformar realidades, reduzir desigualdades e garantir às crianças um desenvolvimento saudável, livre e respeitoso.

## REFERÊNCIAS

BERBEL, V. A. A sociologia da infância e as interfaces das crianças: reflexões sobre a escola e a cidade. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 6, n. 1, p. 86–101, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/RIESUP/article/view/5524>. Acesso em: 6 fev. 2026.

JORGE, C. S. C.; MACHADO, M. C. Interfaces entre educação infantil e promoção da saúde: experiências na primeira infância. *Cadernos de Educação, Saúde e Feminismo*, v. 4, n. 2, p. 45–59, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uneb.br/index.php/cesf/article/view/8439>. Acesso em: 6 fev. 2026.

LUZ, L. A. R. et al. O papel dos profissionais da saúde no desenvolvimento infantil: uma experiência intersetorial. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 76, n. 1, e20220116, 2023. DOI: 10.1590/0034-7167-2022-0116.

OLIVEIRA, C. M. S.; CARDOSO, L. P. Educação em saúde na educação infantil: experiências pedagógicas com enfoque nos direitos das crianças. *Revista de Educação Popular*, v. 21, n. 3, p. 98–114, 2022. Disponível em: <https://www.reeducacaopopular.usp.br/index.php/rep/article/view/1519>. Acesso em: 6 fev. 2026.

SILVA, K. M. et al. Ações intersetoriais do projeto Sorrir com Saúde para a promoção de saúde bucal na infância. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, v. 38, n. 1, p. 1–8, 2025. DOI: 10.5020/18061230.2025.15131.

MENDES, I. C.; LEITE, D. M. Formação docente e equidade de gênero na educação infantil: desafios e possibilidades. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 18, n. 42, p. 340–359, 2023. DOI: 10.20500/rce.v18n42.13040.